

3. As transmissões de bens a favor das mesmas instituições gozam de isenções tributárias, podendo ser-lhes concedidas outras regalias e atribuídas pelo Estado distinções públicas aos seus benfeiteiros.

4. Na gerência destas instituições observar-se-ão as regras gerais de contabilidade e de julgamento de contas aplicáveis aos serviços públicos, com as adaptações aconselhadas pela sua natureza e pela necessidade de apurar os resultados em conformidade com o que estiver legal ou estatutariamente determinado.

CAPÍTULO VI

Disposições especiais e transitórias

BASE XXXVII

1. A reabilitação ou recuperação dos diminuídos físicos ou mentais é assegurada por centros e serviços especializados, de modo a permitir-lhes o exercício das profissões adequadas às suas possibilidades de trabalho.

2. Serão reguladas pelos departamentos competentes as condições de admissão do pessoal dos serviços do Estado e das empresas, com vista a proporcionar aos diminuídos trabalho compatível com a sua capacidade e aptidões.

BASE XXXVIII

1. A localização das farmácias será devidamente considerada, tendo em atenção os interesses das populações e as finalidades da política de saúde pública.

2. Na regulamentação do exercício profissional da actividade farmacêutica, o Governo terá presentes as exigências decorrentes da especialização dos farmacêuticos e a necessidade de assegurar a cooperação destes na prossecução das finalidades referidas na parte final do número anterior.

BASE XXXIX

Os funcionários dos actuais quadros do Ministério da Saúde e Assistência e dos estabelecimentos ou serviços do Estado que transitarem para este Ministério ingressarão nos novos quadros mediante simples despacho ministerial e sem perda de nenhum dos seus direitos.

BASE XL

Até à publicação dos regulamentos definitivos, o Ministro da Saúde e Assistência elaborará os regulamentos provisórios indispensáveis à boa execução da presente lei. Os referidos regulamentos carecem de aprovação do Ministro das Finanças sempre que contenham matéria financeira.

Publique-se e cumpra-se como nela se contém.

Paços do Governo da República, 19 de Julho de 1963. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — António de Oliveira Salazar.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

Secretaria-Geral

Declara-se, para os devidos efeitos, que entre o original, arquivado nesta Secretaria-Geral, e o texto do Protocolo modificando a Convenção assinada em Varsóvia em 12 de Outubro de 1929, anexo ao Decreto-Lei n.º 45 069, publicado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares, no Diário

do Governo n.º 138, 1.ª série, de 12 de Junho do ano em curso, existe a seguinte divergência, que assim se rectifica:

No artigo xi, n.º 2, alínea a), do artigo 22.º da referida Convenção, onde se lê: «... não poderá exceder duzentos e cinquenta mil francos por quilo, ...», deve ler-se: «... não poderá exceder duzentos e cinquenta francos por quilo, ...».

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho, 12 de Julho de 1963. — O Secretário-Geral, Diogo de Castelbranco de Paiva de Faria Leite Brandão.

Gabinete do Ministro da Defesa Nacional

Portaria n.º 19 950

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Defesa Nacional, o seguinte:

Nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 42 559, de 3 de Outubro de 1959, reforçar, com a quantia que se indica, a seguinte verba da tabela de despesa do orçamento privativo das forças terrestres ultramarinas em vigor na província da Guiné:

Pagamento de serviços e diversos encargos:

Artigo 12-A «Despesas de anos económicos findos»	2 400\$00
--	-----------

tomando como contrapartida a seguinte disponibilidade da mesma tabela de despesa:

Despesas com o pessoal:

Artigo 2.º, n.º 2) «Remunerações accidentais — Gratificação de isolamento»	2 400\$00
--	-----------

Presidência do Conselho, 19 de Julho de 1963. — O Ministro da Defesa Nacional, Manuel Gomes de Araújo.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* da Guiné. — Peixoto Correia.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Serviços Mecanográficos

Portaria n.º 19 951

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Finanças, nos termos do disposto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 45 003, de 27 de Abril de 1963:

1.º Aprovar os impressos a seguir discriminados, destinados a serem utilizados no processamento de abonos a efectuar por sistema mecanográfico, conforme os modelos anexos:

Modelo S. M. — C. P. 6 — Folha para processamento de vencimentos (rosto).

Modelo S. M. — C. P. 6-A — Folha para processamento de vencimentos (interior, 1.ª parte — abonos).

Modelo S. M. — C. P. 6-B — Folha para processamento de vencimentos (interior, 2.ª parte — descontos).

Modelo S. M. — F. P. 1 — Recibo de vencimentos.

2.º Considerar o impresso modelo S. M. — F. P. 1, referido no número anterior, exclusivo da Imprensa Nacional.

Ministério das Finanças, 19 de Julho de 1963. — O Ministro das Finanças, António Manuel Pinto Barbosa.

FOLHA DE VENCIMENTOS — 1.ª parte (abonos)

1 Mês.	2 D.G.	3 Folha

Mês	Ano	Página

4 Concelho	5 Nome mecanográfico	6 Remuneração principal	Outros abonos					11 Total ilíquido (6+7+8+9+10)	12 Total dos descontos	13 Líquido a pagar (11-12)	14 Esp. pes.	15 Número de ordem	Averbamento do pagamento	
			7 Cód.	Importância	8 Cód.	Importância	9 Cód.	Importância	10 Abono de família					
		\$		\$		\$		\$	\$		\$			

S. M. — Mod. C. P. 6-A

FOLHA DE VENCIMENTOS — 2.ª parte (descontos)

1 Mês.	2 D. G.	3 Folha

Mês	Ano	Página

Receita do Estado						Operações de tesouraria									12 Total dos descontos	14 Esp. pes.	15 Número de ordem
16 Imposto do selo	17 Cód.	18 Importância	19 Cód.	20 Importância	21 Cód.	22 Importância	23 Cód.	24 Importância	25 As. tuberc. c/quot.	26 Caixa Prev. Min. Ed. Nac.	27 Caixa Prev. Min. Ed. Fin.	28 Montepio Soc. Estado	29 Caixa Geral Aposentadorias				
\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$

S. M. — Mod. C. P. 6-B

